

Os programas navais da Argentina na Segunda Guerra Mundial

Argentina's naval programmes
in World War II

Ludolf Waldmann Júnior¹



Resumo: A Argentina teve uma trajetória conturbada durante a Segunda Guerra Mundial, assumindo uma neutralidade polêmica durante um dos períodos de maior instabilidade política na sua história. Conforme diversos autores notaram, uma questão política sensível neste período, foi o reequipamento das suas forças armadas, algo que tinha repercussões tanto em âmbito doméstico como externo, porém quase não há nenhuma discussão sobre o conteúdo destas propostas de aquisição de material bélico. Considerando a importância da questão dos armamentos para os desenvolvimentos políticos na Argentina, este trabalho busca entender quais foram os planos de modernização da marinha argentina durante a guerra, relacionando-os com o contexto em que foram apresentados. Assim, ressaltamos a importância do cenário político externo nas discussões sobre os programas navais, especialmente diante do relativo declínio do poderio argentino em âmbito regional. Em âmbito interno, cumpre observar o papel das relações civil-militares. Por fim, apontamos que os planos renovação da esquadra refletiam inicialmente a política naval do pré-guerra, com foco em âmbito regional e assegurando uma superioridade argentina, porém o seu conteúdo foi se modificando conforme as novas tecnologias navais e desenvolvimentos políticos mudavam o cenário.

Palavras-chave: Poder naval – Argentina; Segunda guerra mundial; Política naval; Marinha Argentina; História política Argentina.

Abstract: Argentina had a troubled trajectory during World War II, assuming a controversial neutrality during a period of great political instability in her history. As several authors noted, a sensitive political issue in this period was the re-equipment of her armed forces, something that had repercussions both domestically and externally, however there is almost no discussion on the content of these proposals for the acquisition of military materiel. Considering the importance of this issue for political developments in Argentina, this paper seeks to understand the plans for naval modernization during the war, relating them to



the context in which they were presented. Thus, we emphasize the importance of the external political scenario in discussions about naval programmes, especially in view of the relative decline in Argentine power at the regional level. Internally, the role of civil-military relations must be observed. Finally, we pointed out that the fleet renewal plans initially reflected the pre-war naval policy, focusing on the regional scope and ensuring Argentine superiority, but its content was modified as new naval technologies and political developments changed the scenario. **Keywords:** Naval power – Argentina; World war II; Naval policy; Argentine navy; Argentine political history.



Introdução

A neutralidade argentina durante a Segunda Guerra Mundial foi um assunto polêmico e cercado de controvérsias, ocorrendo num dos períodos de maior instabilidade política da história do país e que se relacionava tanto com questões internas como no quadro de alianças externas. Ao insistir nesta posição, mesmo após a entrada dos Estados Unidos no conflito, a Argentina acabou isolada pelo restante das repúblicas americanas, sofrendo uma pressão contínua de Washington que visava forçar uma mudança na sua política externa e assegurar o alinhamento do país sob a órbita norte-americana.

Para atingir este objetivo, os Estados Unidos empregaram uma série de mecanismos que incluíam a pressão diplomática, embargo econômico e a recusa sistemática do fornecimento de armas e outros materiais bélicos para a Argentina. Conforme diversos especialistas (DIÉGUEZ, 1989; ESCUDÉ; CISNEROS, 2000; PARADISO, 2005; POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1981, 1982; SCENNA, 1980; SCHEININ, 2007) apontaram, a questão dos armamentos era um ponto bastante sensível na política argentina neste momento histórico, tanto em âmbito doméstico como externo. Em grande medida, este aspecto era agravado pela deliberada política norte-americana de distribuir significativo auxílio militar, via *lend-lease*, para os principais rivais regionais da Argentina, Brasil e Chile, o que levou uma profunda alteração no equilíbrio das forças militares sul-americanas ao final da guerra.

Tendo em consideração a importância da questão dos armamentos para a política doméstica e externa argentina durante o conflito, o objetivo deste artigo é compreender quais foram os planos de rearmamento da *Armada Argentina* durante este período. É interessante observar que se de um lado a literatura é inequívoca em salientar a importância da questão dos armamentos, de outro lado ela praticamente ignora o conteúdo dos planos de modernização militar que norteavam as demandas argentinas por equipamentos bélicos. Neste aspecto, cumpre observar que mesmo as obras focadas na temática naval deixam este assunto de lado.²

Desta maneira, buscamos elucidar parte desta lacuna existente a partir da análise da documentação produzida pela marinha argentina, buscando entender os planos de renovação dentro dos contextos estratégico-políticos em que foram elaborados.³ Cabe ressaltar que o entendimento do conteúdo desses planos permite elucidar as percepções dos militares argentinos quanto à posição de seu país no cenário internacional e suas questões de defesa e



segurança, o que oferece uma maior clareza para compreender algumas das motivações da ação política de parte dos militares, a marinha em especial, no caótico cenário político do período.

Desta maneira, partimos da hipótese de que os planos de renovação naval eram norteados por uma ênfase que privilegiava o cenário regional, no qual a Argentina buscava manter sua superioridade militar sobretudo perante seus tradicionais rivais sul-americanos. Num âmbito mais amplo, ponderamos que a esquadra argentina também tendia a ser compatível com a vislumbrada posição argentina no cenário internacional, representativa das ambições e expectativas de Buenos Aires no mundo; neste aspecto, cumpre lembrar que as marinhas – e grandes navios em particular – são também um elemento valioso no prestígio internacional das nações (BOOTH, 1980).

Em termos tecnológicos, avaliamos que os planos de renovação vão traduzir concepções do poder naval da época, marcada pela transição entre o antigo predomínio dos grandes navios de superfície para novos meios, em especial submarinos e porta-aviões (BLACK, 2009). Por fim, considerando o caótico cenário político, esperamos que considerações das relações civil-militares tiveram grande peso na decisão de aprovar os vários programas navais desse período; como lembra Trinkunas (2001), historicamente os governos latino-americanos ameaçados usaram algumas estratégias de curto prazo para prevenir sua queda e ganhar apoio militar, dentro das quais se destacam políticas de agrado ao ampliar orçamentos, soldos e adquirir novos equipamentos bélicos.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, buscamos entender a conjuntura histórica da Argentina e da sua marinha nas vésperas da guerra, salientando o cenário político doméstico e externo (em particular o regional) e as condições em que a força naval se encontrava. Em seguida, focamos nos planos navais argentinos e no desenrolar da guerra, ressaltando os impactos do conflito nas relações entre as repúblicas americanas, na política doméstica platina e no desenvolvimento tecnológico bélico. Em razão da ênfase nestes aspectos, esta parte do texto foi dividida em duas seções, uma referente ao período que vai do início da guerra até a entrada dos Estados Unidos no conflito, e outra que parte desse momento até a derrota do Eixo. Por fim, finalizamos o artigo com as considerações finais.

A Argentina e a Armada em 1939

Quando a guerra teve início na Europa, a Argentina vivenciava um período



de predomínio político conservador na chamada *Década Infame*. Após chegar à presidência através de um golpe militar, o general José Félix Uriburu (1930-1932) estabeleceu um regime autoritário visando impedir o retorno dos radicais⁴ ao poder, porém a nova ordem mostrou-se instável até que o seu sucessor, o também general Augustín P. Justo (1932-1938), estabeleceu uma fórmula de governo baseada numa aliança entre radicais *antipersonalistas*⁵ e conservadores, a *Concordancia*, que mantinha-se no poder através da fraude eleitoral. Ainda que eleito a partir desta coalizão, o novo presidente Roberto M. Ortiz – o primeiro civil a assumir o posto nessa década – era um reformista que, talvez em busca de maior autonomia perante seu antecessor, passou a dar centralidade para um agenda de retomada da lisura eleitoral, o que lhe rendeu atritos com os setores conservadores-oligárquicos (ROUQUIÉ, 1981).

No plano econômico, a Argentina era a maior, mais dinâmica e industrializada economia da América Latina (SCHEININ, 2007). A pujança econômica, bem como seus vínculos europeus, era refletida também no prestígio internacional e no papel de liderança regional de Buenos Aires, vislumbrado pela elite dirigente argentina também como resultado de suas qualidades raciais. Essa autopercepção de grandeza, que em várias ocasiões ganhou contornos irrealistas quanto ao poder e a influência internacional do país, era acompanhada de um relacionamento cauteloso perante os Estados Unidos. As duas nações tinham pontos de atritos antigos em sua relação, particularmente por causa do protecionismo econômico norte-americano e do temor argentino de possíveis intenções imperialistas de Washington. Essas características ficaram evidentes durante as diversas conferências pan-americanas realizadas durante a década, frequentemente marcadas pelo embate entre a diplomacia dos dois países (ESCUDE; CISNEROS, 2000; PARADISO, 2005; TULCHIN, 1989).

Estas considerações de política externa e interna tiveram grande peso nos planos de modernização militar na Argentina naquela década. O agravamento da crise internacional, as tensões territoriais com o Chile,⁶ os conflitos bélicos ocorridos na América do Sul – a Guerra de Letícia (1932-1933) e a Guerra do Chaco (1932-1935), na qual Buenos Aires esteve indiretamente envolvida⁷ – e o papel de liderança regional demandavam uma força militar correspondente. No campo doméstico, o golpe de 1930 e as duas presidências castrenses demonstravam que as forças armadas se tornaram protagonistas da vida política argentina, dando início a uma nova etapa histórica das relações civil-militares no país. Justo, em particular, buscou cooptar os quartéis através de vários mecanismos e medidas, incluindo reformas administrativas, aumentos



de soldos, promoções de caráter político e na aprovação de recursos para aquisições de equipamentos bélicos (POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1981; SCENNA, 1980).

Ainda que fosse considerada politicamente menos importante (SCENNA, 1980), a *Armada* também foi beneficiada neste momento com amplos recursos, o que assegurou a continuidade e expansão da frota iniciada na década anterior sob o governo Alvear (1922-1928) com a lei 11.378. Naquele decênio, a *Armada* modernizou seus dois encouraçados *Rivadavia* e os quatro contratorpedeiros das classes *Córdoba* e *Catamarca*, todos adquiridos pouco antes da Primeira Guerra Mundial, bem como obteve dois cruzadores pesados *Almirante Brown*, dois contratorpedeiros classes *Cervantes*, três *Mendoza* e três submarinos *Santa Fe*.⁸ No governo Justo, já na década seguinte, foram adquiridos mais sete contratorpedeiros da classe *Buenos Aires* e o cruzador ligeiro *La Argentina*. Além destas embarcações, a *Armada* iniciou na mesma época um ambicioso programa de construção naval em território argentino, que resultou no início da construção de nove navios-mineiros da classe *Bouchard* e autorização para a fabricação de quatro navios-patrolha da classe *Murature* (ARGUINDEGUY; RODRÍGUEZ, 1995; DESTÉFANI, 1991).⁹

A renovação e expansão da marinha foi acompanhada por uma modernização institucional implementada durante a gestão do almirante Eleazar Videla (1934-1938) (DESTÉFANI, 1991), bem como de uma revisão da política naval argentina produzida a partir das recomendações de uma comissão naval liderada pelo renomado almirante Segundo R. Storni. Estas incluíam sugestões quanto à composição da frota, emprego, coordenação com forças terrestres e fomento ao desenvolvimento das indústrias bélicas e marítimas nacionais (DELAMER *et al.*, 2011).

Em termos estratégicos, o pensamento naval argentino se configurava como uma mistura de ideias francesas (particularmente do almirante Raoul Castex) e norte-americanas (principalmente do capitão Alfred Mahan), uma combinação apelidada de *champagne e bourbon*, que foi desenvolvida a partir das recomendações da famosa comissão (SAHNI, 1991). Ainda que houvesse alguns entusiastas da aviação naval e do uso de submarinos, a ênfase da estratégia argentina estava na ação de frotas de superfície.¹⁰ Em grande medida, esta constelação de ideias era baseada nas próprias teorias elaboradas por Storni (1967) ainda durante a Primeira Guerra Mundial.

Segundo o almirante, a principal preocupação da política naval argentina deveria ser a proteção das linhas de comunicações marítimas vitais ao país,



já que o comércio que passava por elas era fundamental para a prosperidade nacional. Essa missão, contudo, implicava em dois grandes desafios: 1) a necessidade de impedir que a foz do Prata, núcleo de convergência de quase todo o comércio argentino, pudesse ser bloqueado, e 2) o fato de que as principais rotas marítimas passavam em águas brasileiras e chilenas, justamente os dois maiores rivais regionais e possíveis inimigos de Buenos Aires que, caso se unissem, poderiam efetivamente isolar a Argentina do restante do mundo. Neste sentido, Storni apontava duas ênfases para a política naval de seu país: a proteção dos principais portos do país, no rio da Prata e em Bahía Blanca, e a posse de uma poderosa esquadra de batalha com grande raio de ação, capaz de operar e proteger as linhas marítimas vitais mesmo em águas de seus rivais sul-americanos. Essa perspectiva implicava que a frota argentina fosse a mais poderosa da região, porém Storni rejeitava a adoção de uma política de *two-power standard*;¹¹ em seu lugar, propunha um modelo baseado num princípio de “equilíbrio”, no qual a esquadra de seu país deveria ser capaz de derrotar “isoladamente cada uma das frotas vizinhas e tornar muito problemática sua junção em caso de guerra” (STORNI, 1967, p.113).

Esta política norteou a expansão da frota argentina, que ao final da década de 1930 possuía uma força formidável. Em termos comparativos, era superior à todas as demais nações sul-americanas¹² e tinha certa relevância no cenário internacional mais amplo,¹³ mesmo que para isso ela fosse adquirida com certo sacrifício nacional (SCHEINA, 1988).¹⁴

Do início da tormenta à guerra na América (1939-1942)

Em setembro de 1939, com o começo das hostilidades na Europa, a Argentina adotou imediatamente uma postura neutra e cautelosa perante o conflito. Neste aspecto, ressalta uma notável posição colaborativa com os Estados Unidos nos primeiros meses da guerra, uma convergência pouco comum resultante sobretudo de questões de política interna em ambos países: a proximidade das eleições presidenciais norte-americanas, onde a temática do isolacionismo tinha forte apelo popular, e os embates entre Ortiz e os setores conservadores argentinos, nos quais o presidente buscava mobilizar o apoio externo de Washington como forma de fortalecer sua posição reformista no cenário doméstico (PARADISO, 2005; SCHIENIN, 2007).

A Batalha do Rio da Prata em dezembro de 1939, contudo, teve forte impacto na visão de vários setores na Argentina que naquele momento passaram a



duvidar da capacidade norte-americana de assegurar a zona de neutralidade proclamada pela Conferência do Panamá no final de setembro.¹⁵ O embate entre os cruzadores britânicos e o alemão no estuário do Prata deixou uma vívida imagem nas lideranças militares e civis argentinas de que o país deveria contar apenas com seus próprios recursos para a defesa de sua neutralidade (ROUQUIÉ, 1981).

Em meio às incertezas dos meses seguintes, o governo Ortiz passou questionar o valor da zona de segurança no entorno do continente e mesmo do valor prático da neutralidade frente ao conflito, chegando a propor aos Estados Unidos em abril de 1940 uma mudança conjunta de sua posição para a não-beligerância que acabou recusada por Washington. O assunto vazou para a imprensa pouco depois, acirrando a crise política na Argentina e debilitando muito a posição do governo e dos setores pró-Aliados (ESCUDE; CISNEROS, 2000). O cenário ganhou contornos mais apreensivos nos meses seguintes, tanto pela surpreendente queda da França em junho, que ampliou as incertezas e deu ímpeto para uma atuação mais ousada dos pequenos grupos civis e militares fascistas e de outras vertentes autoritárias no país, bem como pelo agravamento da saúde do presidente. Acuado e sob rumores de um golpe próximo, Ortiz buscou reagir fortalecendo sua relação com as forças armadas, tanto ao atender suas demandas materiais como também buscando reduzir a influência alemã e dos extremistas nelas (POTASH, 1981).¹⁶ É em meio a este contexto no qual a *Armada* propõe seu primeiro programa naval durante a guerra com o projeto de lei apresentado ao congresso no dia 2 de julho de 1940.

A proposta de 170 milhões de pesos-ouro previa a aquisição de três cruzadores ligeiros, seis submarinos, quatro contratorpedeiros, vinte torpedeiras (*lanchas torpederas*), 220 aviões (que incluíam unidades de bombardeio, patrulha, exploração, caça, etc) e equipamento antiaéreo, munições, bombas, torpedos e outros materiais bélicos, bem como autorizava também a construção, modernização e ampliação de bases navais e reparos em navios existentes. De acordo com a marinha, essas aquisições correspondiam à finalização do programa naval anterior (lei 11.378), dos quais ainda faltavam a obtenção de três cruzadores ligeiros (dois em substituição dos antigos “encouraçados de rio” classe *Libertad*, datados do século anterior) e três submarinos, além da renovação do material flutuante obsoleto, em particular dos contratorpedeiros das classes *Córdoba* e *Catamarca* e das canhoneiras *Rosario*, unidades incorporadas quase trinta anos atrás.¹⁷

Cabe ressaltar que esta proposta era vista pela *Armada* como o mínimo



necessário para remediar a situação regional do país, principalmente em relação aos possíveis adversários, Brasil e Chile, sem resolver completamente as deficiências da esquadra ou substituir todas as unidades já consideradas obsoletas.¹⁸ Neste sentido, a marinha tomava em conta que, dada a correlação de forças militares regionais, a hipótese mais provável de conflito era entre Buenos Aires e uma coalização Rio de Janeiro-Santiago, ainda que agora já tomasse a possibilidade de guerra contra uma potência extracontinental não definida.

Assim, o planejamento estratégico da *Armada* considerava essencial executar nove tipos operações básicas destinadas para a proteção de seus portos e linhas de comunicação marítimas fundamentais para o esforço de guerra: 1) impedir o transporte de tropas brasileiras, via mar, até a esperada zona de conflito no Rio Grande do Sul; 2) a vigilância das bases inimigas no Atlântico e Pacífico; 3) o ataque ao comércio adversário em ambos oceanos; 4) proteção das linhas marítimas com Europa e Estados Unidos, essenciais para manutenção do comércio exterior e para o esforço de guerra; 5) proteção das linhas de comunicação marítimas no litoral argentino; 6) proteção da navegação fluvial; 7) defesa do Prata e bases navais; 8) operações combinadas com o exército, particularmente no estratégico Estreito de Magalhães, bem como transporte de tropas; 9) a destruição da esquadra inimiga, vista como o objetivo essencial do poder naval do país. Como se pode observar, ainda que os planos estivessem tomando em conta também uma potência extracontinental, quase todo o planejamento naval argentino dava continuidade às percepções existentes nas décadas anteriores.

Para ter uma força adequada para realizar todas essas operações, a *Armada* considerava ser necessária uma esquadra ainda maior do que a planejada após as aquisições previstas com a lei de renovação. Neste sentido, “a esquadra ideal”, de acordo com a proposta encaminhada ao congresso argentino, deveria ser composta por três encouraçados, um porta-aviões, três cruzadores pesados, quatro cruzadores ligeiros, vinte e oito contratorpedeiros, dezoito submarinos, quatro monitores, duas canhoneiras, vinte lanchas-torpedeiras e “um bom número de barcos auxiliares”. Essa poderosa força, que a marinha reconhecia como inviável financeiramente naquele momento, era apontada como capaz de responder a qualquer ameaça em nível regional e para fazer frente à uma força extracontinental, tendo capacidade para executar missões ofensivas e defensivas num imenso teatro de operações que incluía todo o Atlântico Sul e parte do Pacífico.



Os planos argentinos, contudo, não faziam referências sobre a questão de como obter os novos navios desejados. Numa explicação dada meses depois, a marinha apontou que este programa traduzia a necessidade de incorporar novas unidades ligeiras num prazo curto diante da contenda europeia, as únicas cuja aquisição pareciam possíveis nesta conjuntura.¹⁹ Se de um lado pode-se supor que a corporação visava fabricar as embarcações menores em estaleiros nacionais – e a fabricação dos pequenos navios das classes *Bouchard* e *Murature*, além dos projetos de expansão das instalações para construção naval na base de Río Santiago, são indícios dessa perspectiva²⁰ –, é preciso considerar que a participação de estrangeiros seria inevitável, tanto na fabricação das unidades maiores, como os cruzadores, como também no fornecimento de grande parte do material, maquinário e armamento para a indústria naval argentina.

Considerando o cenário de guerra europeia e asiática, o único país em condições efetivas de fornecer material bélico eram os Estados Unidos, pesem os entraves postos pela legislação do país e por seu próprio processo de rearmamento (WEINBERG, 2010). Os norte-americanos tentaram negociar uma cooperação militar-naval mais ampla entre maio e setembro daquele ano, no qual prometeram auxílio e transferências bélicas caso a Argentina se comprometesse a ceder bases, portos e aeródromos para operação de forças da *US Navy*. As autoridades navais argentinas, por sua vez, rechaçaram a proposta, afirmando que o país se defenderia com seus próprios recursos; o ministro da marinha, almirante León Scasso, foi enfático nesta posição, justificando sua opinião ao relembrar as tendências expansionistas de Washington no passado recente (ESCUDE; CISNEROS, 2000). Neste sentido, é provável que os argentinos ponderavam que as vitórias nazistas resultariam no fim da guerra num futuro próximo, o que levaria à retomada do funcionamento normal mercado internacional de armamentos.

No dia seguinte à apresentação da proposta da marinha ao congresso, Ortiz, já com a saúde muito enfraquecida, anunciou seu afastamento da presidência, ainda que mantivesse seu gabinete mobilizado para assegurar seus objetivos reformistas e de neutralidade pró-Aliados. Neste sentido, a disposição do presidente em assegurar fundos para modernização da esquadra também visava angariar apoio político da marinha num momento de crise, principalmente porque seu vice, Ramón Castillo, era representante dos setores conservadores e oligárquicos que se opunham ao fim do sistema de fraude eleitoral. Ortiz continuou a tentar influenciar os rumos do governo nos meses seguintes, porém ficou cada vez mais debilitado até renunciar em definitivo e falecer em



1942 (POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1981).

Desta maneira, o governo Castillo ascendeu numa posição delicada, já que o vice-presidente não tinha uma base muito sólida em meio à conturbada situação política. Assim, ele buscou apoio em distintos segmentos da sociedade argentina, que incluíam a sua base conservadora pró-fraude eleitoral, grupos agroexportadores que valorizavam os vínculos europeus (em particular com o Reino Unido) e que creditavam à neutralidade a proteção do comércio transatlântico, nacionalistas autoritários (tanto os civis como militares) e setores das forças armadas. Para assegurar apoio junto com os últimos, Castillo utilizou-se de medidas complementares: substituiu os ministros e autoridades castrenses ligados a Ortiz por outros próximos ao influente ex-presidente Justo, com quem mantinha uma aliança informal, além de cortejar os militares através da liberação de recursos para a renovação do equipamento bélico (POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1981).

Na marinha, este processo se traduziu com o afastamento do almirante Scasso do ministério e a ascensão de Mario Fincati, e a submissão de uma nova e mais ambiciosa proposta de renovação da esquadra em 11 dezembro daquele ano que incluía um encouraçado em adição às unidades vislumbradas pelo projeto anterior. Em termos financeiros, o ministro apontou que esta nova proposta resultaria num incremento de 100 milhões de pesos sobre a original, porém os custos anuais seriam menores devido à ampliação do prazo de pagamento (de 5 para 7 anos) e da redução dos gastos com a modernização dos encouraçados existentes (ARGENTINA, 1940).

A inclusão desta grande belonave no programa naval era justificada por três razões oficiais: os planos mais amplos de renovação naval existente (“a esquadra ideal”), o valor militar de um encouraçado moderno, avaliado como superior ao dos *Rivadavias* modernizados e como fundamental para o poder naval do país, bem como a conveniência de encomendar a belonave imediatamente após o fim do conflito europeu, aproveitando-se das lições da contenda e evitando possíveis dificuldades no pós-guerra.²¹ Essa preocupação indica, assim como meses antes, uma percepção entre os militares argentinos de que o conflito se encaminhava para a sua resolução, uma visão que era justificada pelos sucessos alemães nos campos de batalha.²² Não obstante, cabe destacar que a ampliação dos recursos para inclusão de um encouraçado, com todo o seu valor simbólico, era um sinal bastante evidente da disposição de Castillo em assegurar apoio político da corporação em meio ao conturbado cenário doméstico argentino.

O projeto de lei avançou lentamente nos meses seguintes, porém o presidente



conseguiu aos poucos se consolidar, suficiente para romper definitivamente com seu antecessor em fevereiro de 1941 (SCENNA, 1980). Engajado em assegurar a manutenção do projeto conservador-oligárquico na Argentina, a partir de meados daquele ano Castillo buscou obter maior independência política, pesem as ameaças e aventuras golpistas dos nacionalistas autoritários – que então se viam fortalecidos diante do cenário internacional favorável aos regimes fascistas – e da crescente oposição de Justo, que viu no presidente uma ameaça às suas pretensões eleitorais. Neste caminho tortuoso, no qual muitas vezes tomou medidas contraditórias, Castillo entendia que os militares argentinos eram uma peça fundamental neste xadrez político e que precisaria neutralizar a influência de seus adversários políticos dentro dos quartéis (ROUQUIÉ, 1981; POTASH, 1981).

Alguns aspectos do estilo de governo do presidente lhe renderam certa simpatia de setores militares,²³ assim como a decidida defesa da neutralidade argentina perante o conflito mundial também era popular nas casernas.²⁴ Mas em termos mais diretos, Castillo buscou atender as demandas financeiras e técnicas das forças armadas. Os gastos militares regulares, que vinham em relativo declínio desde 1938, foram bastante ampliados em 1941, quando corresponderam à 17,9% do orçamento nacional. Simultaneamente, também atendeu várias demandas técnicas das corporações, inclusive a criação de órgãos destinados para ampliar a produção bélica e implementar a indústria pesada no país, temas caros aos setores nacionalistas e vistos como essenciais para garantir a autonomia nacional. Entre setembro e outubro, Castillo aprovou leis de rearmamento e expansão tanto para a marinha como para o exército (ROUQUIÉ, 1981).

Para a primeira, isso significou a aprovação da lei 12.690 em 9 de setembro, que autorizou o investimento de 712 milhões de pesos para a modernização da corporação, dos quais 482,2 milhões eram destinados para a aquisição de um encouraçado, três cruzadores ligeiros, quatro contratorpedeiros, seis submarinos e vinte torpedeiras, além de reparos e atualizações dos navios existentes; 112,9 milhões eram destinados à compra de material de aviação e o restante era destinado à aquisição de equipamento antiaéreo e a expansão, modernização e construção de bases navais.²⁵ No começo de outubro foi aprovada a criação da marinha mercante argentina, constituída a partir de navios italianos que estavam internados na Argentina desde a entrada de Roma na guerra e que foram obtidos num acordo bastante favorável à Buenos Aires. A organização era uma antiga demanda da *Armada* e ficou sob seu controle



ministerial (ESCODÉ; CISNEROS, 2000; ROUQUIÉ, 1981).

A liberação de créditos assegurou fundos para a renovação naval, mas estes recursos não seriam de muita utilidade se os argentinos não encontrassem um fornecedor estrangeiro. Conforme o conflito mundial se expandiu durante 1941, ficou cada vez mais óbvio que a única nação em condições de fornecer os armamentos desejados eram os Estados Unidos. Se de um lado Washington ainda se encontrava em pleno processo de seu próprio rearmamento, de outro lado o país tinha aprovado, em março, o *Lend-Lease Act*, que autorizava a venda de equipamentos militares a custos simbólicos (WEINBERG, 2010). A grande questão, para os argentinos, era de que o acesso a estes recursos dependia da adoção de um alinhamento prévio aos Estados Unidos, algo que dividia profundamente as opiniões no país já que implicaria no abandono da sua neutralidade, o que era um tema muito sensível em âmbito interno (ESCODÉ; CISNEROS, 2000; SCHIENIN, 2007).

Após contatos preliminares entre junho e julho, em agosto as negociações bilaterais foram formalmente retomadas, ainda que por exigência argentina as discussões se focassem apenas em aspectos técnicos militares e não em maiores compromissos políticos. Em outubro Castillo anunciou que uma missão militar-naval argentina, liderada pelo general Eduardo Lapez e o almirante Sabá Sueyro, iria à Washington ainda naquele ano para acertar a transferência de material bélico.²⁶ Após atrasos, a missão chegou ao seu destino em dezembro de 1941, já em meio ao caos resultante do ataque japonês à Pearl Harbor e da entrada formal dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (ESCODÉ; CISNEROS, 2000).

Os tempos de crise e isolamento, 1942-1945

Conforme as resoluções tomadas nos anos anteriores, em janeiro de 1942 ocorreu uma nova conferência pan-americana no Rio de Janeiro na qual os Estados Unidos exigiram que todos os países americanos rompessem relações com o Eixo como forma de demonstrar a solidariedade e união continentais frente à agressão extracontinental. Não obstante, a delegação argentina – acompanhada apenas pela chilena – recusou-se a tomar a medida, o que aprofundou de sobremaneira os atritos e desconfianças existentes Buenos Aires e Washington. Como consequência, a partir de então os norte-americanos passaram a isolar a Argentina do restante do continente, iniciando um longo embargo econômico-político que durou, com diferentes intensidades, até 1949



(ESCUDÉ; CISNEROS, 2000).

O resultado imediato dessa nova política foi o fracasso da missão Lapez-Sueyro e a sistemática negação do acesso aos recursos do *lend-lease* à Argentina,²⁷ ao mesmo tempo em que os Estados Unidos anunciavam ofertas generosas de equipamento ao Brasil e Chile como forma de pressionar o Buenos Aires a acatar o alinhamento com os norte-americanos e abandonar a sua neutralidade.²⁸ Não obstante, a pressão de Washington acabou tendo um efeito contrário, fortalecendo os setores pró-neutralidade (que incluíam grupos conservadores, radicais intransigentes e os nacionalistas autoritários civis e militares) e levando a uma defesa cada vez mais insistente desta posição, o que acirrou as divergências existentes na sociedade argentina sobre a postura do país frente ao conflito mundial (PARADISO, 2005; POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1981; SCENNA, 1980).

Esta situação trouxe novas dificuldades para Castillo, que já tinha decretado estado de sítio em dezembro para impedir protestos contra o governo e agora via a formação de coalizões adversárias que uniram as bandeiras da lisura democrática com um posicionamento pró-Aliados. Numa reviravolta curiosa, o ex-presidente Justo – o mesmo homem que flertava com os nacionalistas autoritários há poucos meses e um dos arquitetos da *Concordancia* – emergiu como uma das lideranças políticas dessa nova oposição, consolidando-se como principal adversário do governo. A entrada do Brasil na guerra, em agosto, contribuiu para ampliar a pressão sobre a Argentina em nível externo e a controvérsia interna quanto à neutralidade. Neste aspecto, a retórica do isolamento e da negação de acesso aos recursos do *lend-lease* passaram a gerar grandes insatisfações em setores militares argentinos, que se preocupavam com o declínio relativo e absoluto do poderio militar do país (POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1981; SCENNA, 1980).

Preocupado em manter o apoio castrense, Castillo ampliou os orçamentos militares, que chegaram a 22,8% do orçamento nacional em 1942 e que foram ampliados para 27% para o do ano seguinte (ROUQUIÉ, 1981), porém a questão mais urgente era justamente o reequipamento bélico. Diante da recusa norte-americana em fornecer armamentos, o governo Castillo tentou obtê-los com os países do Eixo, iniciando uma série de negociações secretas entre fevereiro e outubro com os alemães, ponderando a possibilidade de adquirir o material bélico através de um intermediário neutro, a Espanha ou Suécia. Berlim demonstrou simpatia para o pedido argentino, porém o país não tinha como se dar ao luxo de fornecer armamentos necessários em seu próprio esforço de



guerra (ESCODÉ; CISNEROS, 2000; POTASH, 1981).²⁹

A pressão externa, as controvérsias internas e a dificuldade em cumprir as promessas de rearmamento – que derrubaram o ministro da guerra, general Juan Tonazzi, substituído pelo nacionalista Pedro Ramírez – foram gradativamente minando a base de sustentação de Castillo, pese o fato de que a morte de Justo no início de 1943 eliminou o último líder de grande renome da oposição. Não obstante, sua insistência na candidatura presidencial do impopular conservador Robustiano Patrón Casas corroeu sua influência dentro das forças armadas. Assim, no início de junho de 1943, uma coalizão de oficiais de diversas correntes políticas (que incluíam radicais, democratas, nacionalistas autoritários, oficiais pró-Aliados e pró-Eixo, católicos e conservadores) derrubou Castillo num golpe de estado. O caráter heterogêneo e improvisado deste movimento criou um cenário de grande confusão sobre os rumos do novo governo, algo evidente na brevíssima presidência autodeclarada do general Arturo Rawson, substituído dias depois pelo general Pedro Ramírez (POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1981).

O novo presidente-general estabeleceu um novo governo de eminente caráter castrense e autoritário, porém seu gabinete buscava representar toda a coalizão golpista. Assim, oficiais das mais diversas posições políticas assumiram diferentes ministérios, sem que houvesse uma coesão quanto à questão da neutralidade argentina, o que logo criou divergências internas no governo. A marinha tinha presença destacada entre os principais quadros do novo gabinete, com almirantes à frente da vice-presidência (Sabá Sueyro) e das pastas do exterior (Segundo Storni), obras públicas (Ismael Galíndez) e marinha (Benito Sueyro) (POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1982; SCENNA, 1980).

Storni, que assumiu a chancelaria, era uma das principais figuras que defendiam uma aproximação com os Estados Unidos. Numa aparente tentativa de fortalecer a linha pró-Aliada do governo e finalmente resolver a questão dos armamentos para o país, ele enviou em agosto uma carta ao secretário de Estado dos Estados Unidos, Cordell Hull, no qual tentou explicar, com certa ingenuidade, a neutralidade de seu país e solicitar o acesso aos recursos do *lend-lease*, requisitando auxílio militar de forma a reestabelecer o equilíbrio de poder sul-americano. A irônica e áspera resposta de Hull, que humilhou o colega argentino, teve como repercussão a derrocada do setor militar mais moderado e pró-Aliados no governo, fortalecendo ainda mais os grupos nacionalistas autoritários (ESCODÉ; CISNEROS, 2000; POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1982).

A manutenção da neutralidade estrita, contudo, não resolvia a questão do reequipamento das forças armadas, que então passava a ganhar tons



mais dramáticos. Assim, podemos observar que três aspectos ampliavam a percepção de insegurança entre os militares argentinos: a) a aliança do Brasil com os Estados Unidos, acompanhada com as transferências de armamentos para o primeiro e que alteravam o equilíbrio de poder regional; b) a falta de munições, combustíveis e sobressalentes e c) o país não acompanhava o intenso desenvolvimento tecnológico ocorrendo durante a guerra.

Esses aspectos eram perceptíveis no caso específico da marinha. De um lado, a esquadra brasileira foi modernizada para a luta antissubmarino no Atlântico, ganhando valiosa experiência de combate e incorporando tecnologias novíssimas como radar e sonar, bem como se expandiu com o recebimento de alguns caça-submarinos até aquele momento (SCHEINA, 1988). De outro lado, a *Armada* ainda era uma força basicamente pré-guerra, que não dispunha de nenhum equipamento desenvolvido durante o conflito e cuja última incorporação foram alguns biplanos e hidroaviões de treino e reconhecimento que chegaram em 1940; as restrições de economia dos combustíveis impactaram o treinamento no mar e mesmo as patrulhas de vigilância na costa.³⁰ As dificuldades enfrentadas também incluíram um desastre: em outubro de 1941 ocorreu um acidente entre o contratorpedeiro *Corrientes*, o cruzador *Almirante Brown* e o encouraçado *Moreno*, que resultou no afundamento da primeira embarcação – uma das mais modernas unidades da esquadra – e danificou as demais (ARGUINDEGUY; RODRÍGUEZ, 1995).

Diante deste cenário alarmante, o governo Ramírez manteve a tendência de aumentar os orçamentos militares, ampliando o valor de 27% do total nacional aprovado em 1943 para 34,4% em 1944 (ROUQUIÉ, 1982).³¹ Outra medida tomada, assim como nos momentos anteriores, foi a aprovação de novos planos e créditos para o reequipamento das forças armadas. Em meados de setembro, o governo Ramírez emitiu o decreto 9.003/43, que autorizou a ampliação de 520 milhões de pesos nos gastos previstos pela legislação anterior. Assim, em adição às unidades mencionadas antes, o programa naval agora incluía a aquisição de dois navios aeródromos, doze submarinos, oito contratorpedeiros e 220 aviões, bem como um volume considerável de armamento antiaéreo, munições, sobressalentes e material para a construção de fábricas militares.³²

A ênfase dos novos planos da marinha em armamentos aéreos e submarinos reflete a experiência e sucesso deles na guerra, tanto no Atlântico como no Pacífico, no qual os porta-aviões assumiram um papel cada vez mais importante e puseram fim ao antigo predomínio dos grandes navios de superfície (BLACK, 2009). Assim, se em 1940 a *Armada* considerava a incorporação de um navio



deste tipo como de baixa prioridade, necessário apenas para a “esquadra ideal” e cujas funções essenciais seriam reconhecimento e apoio às operações da esquadra,³³ a partir deste momento eles ganham relevância, suficiente para que 200 milhões de pesos de todo o valor aprovado fossem destinados apenas para a sua aquisição.³⁴

As ampliações de crédito para reequipamento, contudo, não resolviam a questão dos armamentos, uma vez que os Estados Unidos mantinham seu embargo sobre o fornecimento equipamento bélico para a Argentina. Neste sentido, é possível que este programa foi decretado mais como um sinal em busca de assegurar o apoio da marinha num momento de reorganização política do governo do que propriamente tendo em vistas sua implementação em bases realistas. Não obstante, o governo argentino, agora sob firme orientação da linha nacionalista autoritária, voltou a negociar secretamente a aquisição dos armamentos com a Alemanha, resultando no chamado caso Helmuth.³⁵ Esta tentativa, que foi descoberta pela inteligência aliada, se combinou com as notícias do envolvimento argentino com o golpe militar na Bolívia em dezembro de 1943, gerando uma crise gravíssima no governo Ramírez que derrubou grande parte do grupo nacionalista autoritário e obrigou o presidente a romper relações com o Eixo em janeiro de 1944. A decisão, contudo, provou-se politicamente fatal para Ramírez, já que corroeu sua base de sustentação e levou à sua deposição no mês seguinte, quando foi substituído pelo general Edelmiro Farrell (ESCUDE; CISNEROS, 2000; POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1982; SCENNA, 1980).

A partir de então, os Estados Unidos iniciaram o período de maior pressão sobre a Argentina, recusando-se a reconhecer o novo governo e denunciando-o como fascista e uma ameaça à segurança continental. A medida, tomada apesar de algumas divergências tanto na cúpula em Washington como entre os países aliados,³⁶ foi acompanhada por um embargo total contra o país, bem como uma ampliação das transferências de *lend-lease* para países vizinhos dos argentinos, particularmente o Brasil.³⁷ O resultado desta renovada pressão norte-americana foi o acirramento das tensões internas na Argentina, com a emergência de grandes movimentos de oposição ao regime militar, ao mesmo tempo em que o país ficava totalmente isolado do mundo (ESCUDE; CISNEROS, 2000; ROUQUIÉ, 1982).

Assim, a questão dos armamentos continuou a ser um assunto fundamental na política interna argentina. Em setembro de 1944, o decreto 24.220 renovou os planos e valores para as aquisições navais,³⁸ porém efetivamente a *Armada* não



tinha onde buscar as unidades desejadas; naquele momento, as forças armadas argentinas tinham disponíveis mais de 900 milhões de pesos em créditos para novas aquisições desde o golpe de 1943, porém tinham gasto apenas 120 milhões (POTASH, 1981). Numa tentativa de mitigar a situação, o governo Farrell apoiou o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional, medida impulsionada pelo então ministro da guerra e seu braço direito, o coronel Juan Perón, que chegou a produzir alguns protótipos de tanques e aviões. Independente destes esforços, a necessidade de material importado para fabricação desses equipamentos efetivamente impedia que a produção nacional atendesse as demandas (ROUQUIÉ, 1982). Exemplar destas dificuldades, dos quatro navios patrulha da classe *Murature* cuja construção foi autorizada antes da guerra, somente dois foram fabricados com grande atraso por falta de material importado e ficaram prontos apenas em 1946 (DESTÉFANI, 1991).

O isolamento argentino foi se modificando somente nos últimos meses do conflito mundial, quando mudanças nas cúpulas da diplomacia norte-americana e do governo platino permitiram a retomada do diálogo,³⁹ pesem as resistências existentes nos dois lados. Como resultado da retomada das negociações, a Argentina finalmente declarou guerra ao Eixo em março de 1945, às vésperas do fim do conflito na Europa, algo que permitiu que o embargo fosse afrouxado e o país finalmente pudesse receber os primeiros recursos *lend-lease* (ESCUDE; CISNEROS, 2000; PARADISO, 2005).⁴⁰

A melhora nas relações, contudo, durou pouco tempo. A decisão de reintegrar Buenos Aires na comunidade pan-americana foi alvo de duras críticas nos Estados Unidos e Farrell, temendo notícias de novas conspirações contra seu governo, voltou a tomar medidas repressivas na Argentina que não só agravaram a crise política interna como também tiveram repercussões internacionais (ESCUDE; CISNEROS, 2000). Em maio, a chegada do novo embaixador norte-americano, Spruille Braden, selou a deterioração das relações bilaterais: o diplomata iniciou uma cruzada contra a ditadura militar, elegendo Perón como seu principal adversário e aglutinando a oposição argentina no seu entorno. Em seus esforços, Braden se opôs aos militares norte-americanos, favoráveis ao fornecimento de *lend-lease*, e conseguiu suspender novas transferências de material bélico a partir do final daquele mês (POTASH, 1981).

A campanha de Braden mostrou-se bem sucedida e agravou a posição tanto de Farrell e de Perón, que ficaram acuados nos meses seguintes e progressivamente perderam apoio militar tanto por causa da suspensão das transferências de armamentos como pela crescente coalizão opositora, que



agora reunia setores tão diversos como liberais, socialistas, comunistas, conservadores e mesmo nacionalistas autoritários, que exigia o fim imediato do governo.⁴¹ A rendição japonesa e o fim formal da Segunda Guerra Mundial, em agosto-setembro, contribuiu para ampliar ainda mais a pressão sobre eles, pavimentando o caminho para a crise de outubro e consequente consolidação da ascensão política de Perón após grandes demonstrações operárias (POTASH, 1981).

Considerações finais

A questão dos armamentos foi um tema bastante sensível para a política argentina durante a Segunda Guerra Mundial, tendo relevância tanto em aspectos relacionados à sua polêmica neutralidade e conturbada relação com os Estados Unidos como também no cenário doméstico, no qual atender ou não as demandas de reequipamento dos militares, atores políticos fundamentais neste âmbito, era decisivo nos momentos de crise. Neste artigo, buscamos apresentar e discutir brevemente os planos de modernização naval, tentando compreender os diferentes programas navais apresentados e aprovados no período dentro de seus contextos internacional, de política doméstica e dos desenvolvimentos da guerra.

Considerando o nível de política externa, observamos que num primeiro momento os planos argentinos visavam assegurar a posição do país no cenário regional, assegurando sua superioridade frente às esquadras brasileira e chilena, que era a questão prioritária, e uma força capaz de dissuadir ameaças extracontinentais. Desta maneira, Buenos Aires vislumbrava manter uma marinha adequada com a sua própria percepção de seu poder e importância no cenário regional e internacional mais amplo. Esta postura se manteve durante toda a guerra, porém tornou-se uma questão mais complexa a partir dos desentendimentos com os Estados Unidos e o crescimento do poderio militar brasileiro – alimentado com o *lend-lease* – a partir de 1942. Os planos argentinos continuaram a contemplar a retomada da liderança no campo naval regional, porém já não tinham mais como se realizar diante do cenário de embargo norte-americano, o único país que tinha condições realistas de fornecer o material desejado.

Em nível de política doméstica, é importante destacar o peso das relações civil-militares nas discussões e aprovação dos planos. Ainda que considerações de defesa nacional e política externa pudessem justificar parte dos planos de



reequipamento, em todos os casos houve influência da dinâmica da política interna argentina, uma vez que os militares eram um ator fundamental neste período, pesem as diferenças entre o poder político da marinha e do exército. Desta maneira, ao apresentar ao congresso o projeto de 1940, Ortiz vislumbrava ganhar apoio para implementar as reformas que desejava; da mesma maneira, Castillo utilizou-se tanto das propostas como da aprovação de créditos como forma de consolidar seu poder. Com o agravamento da situação externa e interna argentina, a temática dos armamentos ganha maior dimensão política, principalmente a partir do momento em que as forças armadas assumiram diretamente o governo e tornaram-se a base de sustentação do próprio regime. Assim, a questão dos armamentos tornou-se crucial para a estabilidade das presidências Ramírez e Farrell, num quadro complexo que envolvia também o central tema da neutralidade argentina.

Por fim, cabe observar que em grande medida os planos de renovação naval refletiam as noções de poder naval da época. Num primeiro momento, há uma ênfase nas belonaves de superfície, particularmente cruzadores e o encouraçado, que indicavam uma continuidade do pensamento naval das décadas anteriores. Assim, ainda que as propostas apresentadas em 1940 e 1941 contemplassem a aquisição de grande quantidade de aviões e armamento antiaéreo, estes tinham papel secundário, já que serviriam apenas para apoio e proteção dos navios de superfície que executariam as principais operações de guerra contra os possíveis adversários regionais da Argentina. Conforme a experiência da guerra demonstrou o sucesso de aviões e submarinos em combate, alterando o cenário do poder naval, o conteúdo dos planos argentinos também mudou, dando maior relevância para a aviação – incluindo a embarcada, com a adição dos dois porta-aviões – e submarinos.

Referências

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.

ARGENTINA. *Leyes de Armamentos; Proyectos Leyes Armamentos*. Buenos Aires: Congreso de La Nacion Argentina, 1925. DEHN, Caixa 211.

ARGENTINA. *Ley 12.511 de 07 de Outubro de 1938*. Autorizase al poder ejecutivo a invertir la suma de veintiun millones ochocientos cincuenta mil pesos moneda nacional (\$ 21.850.000 m/n.) Para cubrir las diferencias de cambios y de costos



originadas por el cumplimiento de la ley nº 11.378. Buenos Aires: Congreso de La Nación Argentina, 1938.

ARGENTINA. *Leyes de Armamentos; Proyectos Leyes Armamentos*. Buenos Aires: Congreso de La Nación Argentina, 1940. DEHN, caixa 211.

ARGENTINA. *Ley 12.690 [de] 9 [de] Setembro [de] 1941*. Autorizase al poder ejecutivo a invertir para la armada nacional hasta la cantidad de \$ m/n 712.000.000. Setecientos doce millones de pesos moneda nacional, con destino a las adquisiciones, construcciones y las otras erogaciones dispuestas en el artículo 2º. Buenos Aires: Congreso de La Nación Argentina, 1941. DEHN, caixa 211.

ARGENTINA. *Decreto 9.006/43, de 16 [de] Setembro [de] 1943*. Buenos Aires: Congreso de La Nación Argentina, 1943. DEHN, Caixa 211.

ARGENTINA. *Decreto 21.249/44, [de] 7 [de] Agosto [de] 1944*. Buenos Aires: Congreso de La Nación Argentina, 1944. DEHN, caixa 211.

ARGENTINA. *Leyes de Armamentos; Proyectos Leyes Armamentos*. Buenos Aires: Congreso de La Nación Argentina, 1961. DEHN, caixa 211.

ARGUINDEGUY, Pablo; RODRÍGUEZ, Horacio. *Las fuerzas navales argentinas: historia de la flota de mar*. Buenos Aires: Instituto Browniano, 1995.

BLACK, Jeremy. *Naval power: a history of warfare and the sea from 1500*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

BOOTH, Ken. *Las armadas y la política exterior*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1980.

CHESNEAU, Roger (ed.). *Conway's all the world's fighting ships, 1922-1946*. London: Conway Maritime Press, 1980.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *A estrutura de defesa do hemisfério ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

DELAMER, Guillermo; OYARZÁBAL, Guillermo; MONTENEGRO, Guillermo.; BERGALLO, Jorge; SANTILLÁN, Haroldo. Evolución del pensamiento estratégico naval argentino a lo largo de la historia: parte 2. *Boletín del Centro Naval*, Buenos Aires, v. 829, p. 13-23, 2011.

DESTÉFANI, Laurio. La Armada Argentina (1923-1950). In: HISTORIA Marítima Argentina. Buenos Aires: Departamento de Estudios Historicos Navales, 1991. t.



9, p. 198-219.

DI TELLA, Guido. Argentina between the Great Powers, 1939-46: a revisionist summing-up. In: DI TELLA, Guido; WATT, Cameron (ed.). *Argentina between the great powers, 1939-46*. London: Macmillan, 1989, p. 181-198.

DIÉGUEZ, María Isabel. La neutralidad argentina durante la segunda guerra mundial. *Estudios Internacionales*, Santiago de Chile, v. 22, n. 85, p. 53-77, 1989.

ESCUDE, Carlos; CISNEROS, Andrés. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/historia.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

MEMORIA del Ministerio de Marina. Buenos Aires: AGN, 1940.

MEMORIA del Ministerio de Marina. Buenos Aires: AGN, 1941.

MEMORIA del Ministerio de Marina. Buenos Aires: AGN, 1946.

MONTENEGRO, Guillermo. *El armamentismo naval argentino en la era del desarme*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2002.

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na segunda guerra mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

PARADISO, José. *Um lugar no mundo: a Argentina em busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POTASH, Robert A. *El ejército y la política en la Argentina, 1928-1945: de Yrigoyen a Perón*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1981.

ROUQUIÉ, Alain. *Poder militar y sociedad política en la Argentina: hasta 1943*. Buenos Aires: Emecé, 1981.

ROUQUIÉ, Alain. *Poder militar y sociedad política en la Argentina: 1943-1973*. Buenos Aires: Emecé, 1982.

SAHNI, Varun. Not quite British: a study of external influences on the Argentine navy. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 25, n. 3, p. 489-513, 1991.

SCENNA, Miguel Ángel. *Los militares*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1980.

SCHEINA, Robert L. *Latin America: a naval history, 1810-1987*. Annapolis: Naval



Institute Press, 1988.

SCHEININ, David. Argentina: The closet ally. In: LEONARD, Thomas M.; BRATZEL, John F. (ed.). *Latin America during world war II*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007, p. 103-114.

STORNI, Segundo R. *Intereses argentinos en el mar*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967.

TRINKUNAS, Harold A. Crafting civilian control in Argentina and Venezuela. In: PION-BERLIN, David (ed.) *Civil-military relations in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2001, p. 161-193.

TULCHIN, Joseph. The origins of misunderstanding: United States-Argentine relations, 1900-40. In: DI TELLA, Guido; WATT, Cameron (ed.). *Argentina between the Great Powers, 1939-46*. London: Macmillan, 1989, p. 34-55.

WALDMANN JÚNIOR, Ludolf. *Tecnologia e política: a modernização naval na Argentina e Brasil, 1900-1930*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

WEINBERG, Gerhard. *A world at arms*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Notas

¹Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos; e-mail: ludolfjr@hotmail.com. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada durante o IV Simpósio Nacional de História Militar, ocorrido em agosto de 2019. Agradeço profundamente os comentários e sugestões feitos na ocasião, que contribuíram para o trabalho.

²O capítulo específico sobre o período na obra *Historia Maritima Argentina* (DESTÉFANI, 1991), editada pela marinha pelo país, não apresenta nem os planos e nem uma discussão muito extensa sobre o seu papel na guerra. Outros autores, como Scheina (1988), também seguiram essa tendência. Uma das poucas exceções é o trabalho de Arguindeguy e Rodríguez (1995).

³A documentação argentina utilizada encontra-se disponível no *Departamento de Estudios Históricos Navales* (DEHN), órgão ligado à marinha do país, e no *Archivo General de la Nación* (AGN), onde estão disponíveis os relatórios anuais apresentados ao congresso.

⁴Os radicais eram os membros da *Unión Cívica Radical* (UCR), partido de orientação liberal e populista que dominou o cenário político argentino entre 1916-1930.

⁵Os *antipersonalistas* eram os radicais mais conservadores ligados ao ex-presidente Marcelo T. Alvear (1922-1928) que se opunham ao também ex-presidente Hipólito Yrigoyen (1916-1922 e 1928-1930), principal figura do partido.



⁶Apesar dos acordos assinados em 1902, Santiago e Buenos Aires ainda tinham pendências territoriais que só foram solucionadas no final do século XX (PARADISO, 2005). Segundo Scenna (1980), as tensões entre os dois países tiveram uma escalada no início da década de 1930 quando um aviso da inteligência alemã informou os argentinos de que Santiago se preparava para invadir a Patagônia. Buenos Aires acionou a sua aviação naval para verificar a veracidade da informação e descobriu uma concentração de tropas chilenas na fronteira. A crise não chegou às vias de fato, porém tornou-se mais um fator atrito entre os dois países.

⁷Apesar de oficialmente neutro, o governo argentino mostrou-se simpático ao lado paraguaio e foi acusado de fornecer auxílio a Assunção. Buenos Aires também foi ator central nas negociações para a paz, o que rendeu enorme prestígio internacional tanto ao país como ao seu chanceler, Carlos Saavedra Lamas. Em 1936 ele assumiu a presidência da Liga das Nações e recebeu o prêmio Nobel da Paz (ESCUDE; CISNEROS, 2000; PARADISO, 2005).

⁸Para uma discussão mais aprofundada do programa naval argentino da década de 1920, ver Montenegro (2002) e Waldmann Júnior (2018). Vale lembrar também que considerações das relações civil-militares tiveram peso na decisão de realizar a modernização naval naquele momento, uma vez que Alvear considerava essencial obter apoio militar para seu governo diante da oposição dos radicais ligados a Yrigoyen (ROUQUIÉ, 1981).

⁹Estes navios compunham o núcleo da esquadra argentina, que ainda dispunha de alguns navios fluviais obsoletos (as canhoneiras *Rosario* e os “encouraçados de rio” *Independencia*) bem como alguns de seus antigos cruzadores-couraçados da classe *Garibaldi*, datados do século anterior e que ainda serviam como navios-escola e auxiliares (ARGUINDEGUY; RODRÍGUEZ, 1995).

¹⁰Delamer *et al.* (2011) oferece um panorama bastante amplo sobre as ideias dominantes e inovadoras do pensamento naval argentino na época.

¹¹*Two-power standard* era o nome informal da política naval britânica na virada dos séculos XIX-XX. Ela definia uma fórmula na qual a sua superioridade naval seria assegurada ao estabelecer que a *Royal Navy* teria uma esquadra mais poderosa que a de seus dois maiores rivais unidos (WALDMANN JÚNIOR, 2018). Para uma visão geral sobre a política naval britânica e das demais potências navais no período, ver Black (2009).

¹²Em termos comparativos, considerando apenas as principais unidades incorporadas ou modernizadas entre 1925 e 1939, a Argentina reformou seus dois encouraçados e adquiriu três cruzadores, doze contratorpedeiros e três submarinos. O Chile, considerado a segunda potência naval regional, possuía apenas um encouraçado (*Almirante Latorre*, que apesar de não ter sido modernizado durante o entreguerras era o maior e mais poderoso navio de seu tipo no subcontinente) e comprou seis contratorpedeiros (classe *Serrano*) e quatro submarinos (classe *O'Brien*). Por fim, o Brasil, que estava em meio ao seu próprio processo de reequipamento no qual estava construindo pequenas embarcações, tinha modernizado um encouraçado (*Minas Geraes*) e dois cruzadores ligeiros (classe *Rio Grande do Sul*), além de incorporar quatro submarinos (*Humaytá* e classe *Tupy*) (CHESNEAU, 1980; SCHEINA, 1988).

¹³Segundo Destéfani (1991), em 1934, pouco antes da corrida armamentista no cenário internacional (e antes também da aquisição do *La Argentina* e dos contratorpedeiros *Buenos Aires*), a *Armada* possuía uma frota de guerra com tonelagem eficiente (navios



modernos) de 71.300 toneladas, ocupando a oitava posição entre todas a marinhas do mundo, à frente do Chile (na décima posição com 43.100 toneladas) e do Brasil (décimo primeiro, com 26.800 toneladas). Um aspecto relevante do poder naval argentino no mundo pode ser dado ao se notar que o país enviou, em meio à Guerra Civil Espanhola (1936-1939) o cruzador *25 de Mayo* e o contratorpedeiro *Tucumán* para protegerem os interesses argentinos no país ibérico, auxiliando a evacuação de refugiados de portos republicanos (SCHEINA, 1988).

¹⁴Os custos de aquisição das novas embarcações se provaram superiores ao planejado, o que levou o governo Ortiz a aprovar uma nova legislação em outubro de 1938 para assegurar fundos para a renovação do material flutuante. Argentina (1925, 1938, 1940, 1941, 1961).

¹⁵Neste sentido, cabe lembrar que a delegação argentina recusou patrulhar a zona de neutralidade designada ao país por temer ser arrastada ao conflito (ESCUDE; CISNEROS, 2000).

¹⁶Segundo Potash (1981), o governo apresentou uma proposta secreta ao congresso para novas aquisições militares apenas quatro dias após a queda da França, cujo valor total era especulado pela imprensa na época de 550 milhões de pesos para o exército e 450 milhões para a marinha. Em termos comparativos, esse valor destinado a modernização da esquadra representava uma soma um pouco superior a seis vezes o próprio orçamento naval anual, que em 1939 foi de 74,3 milhões de pesos (MEMORIA..., 1940).

¹⁷Argentina (1940), os parágrafos seguintes foram baseados no conteúdo deste projeto.

¹⁸Por exemplo, a marinha considerava necessário substituir seus encouraçados *Rivadavia*, vistos naquele momento como belonaves de segunda linha que eram extremamente vulneráveis à ataques aéreos e adequados apenas para combater unidades similares às de sua geração, porém não incluiu navios deste tipo no programa apresentado. Assim, verificava que estes colossos receberiam reparos e atualizações, particularmente no seu armamento antiaéreo, maquinário, controle de tiro e catapultas; como a *Armada* não possuía porta-aviões, os pequenos hidroaviões embarcados nestes navios (e nos cruzadores pesados) eram vistos como essenciais para as operações da esquadra.

¹⁹Argentina (1940).

²⁰Em seu relatório anual ao congresso apresentado em 1940, o ministro da marinha, almirante León Scasso, pediu a aprovação da legislação necessária para autorizar a requisição de terrenos e fundos para dar continuidade às obras de expansão do estaleiro na base de Río Santiago (MEMORIA..., 1940). A proposta foi aprovada e o titular da pasta agradeceu publicamente os legisladores em seu relatório anual seguinte, no qual ressaltava que a medida permitiria, num futuro próximo, fabricar navios de guerra e cabotagem na Argentina, fortalecendo o processo de industrialização do país e reduzindo sua dependência da indústria estrangeira (MEMORIA..., 1941).

²¹Argentina (1925, 1940, 1941, 1961). Este último argumento provavelmente remete à experiência negativa da *Armada* ao final do último conflito mundial, quando a demora na deliberação e consequência rejeição de uma lei de renovação naval efetivamente impediram a aquisição de navios modernos à custos baixos como excedente de guerra (WALDMANN JÚNIOR, 2018; MONTENEGRO, 2002).

²²Neste aspecto, cumpre lembrar que ao final de 1940 o Reino Unido encontrava-se



numa situação muito grave. Os alemães mantinham seu bombardeio diário sobre o arquipélago e expandiram suas operações navais a partir das novas bases conquistadas na França e nos países escandinavos, atacando diretamente os comboios que traziam materiais vitais à máquina de guerra britânica (BLACK, 2009). Para piorar o cenário, Londres se encontrava numa delicada situação financeira que ameaçava comprometer seu esforço de guerra (WEINBERG, 2010).

²³Scenna (1980) lembra que Castillo era um conservador sem vínculos com as companhias estrangeiras e via o serviço público como uma honra e não um meio de enriquecimento, o que lhe garantiu alguma popularidade entre os oficiais nacionalistas, sobretudo entre os setores intermediários da hierarquia.

²⁴Autores mais antigos, particularmente norte-americanos, tendem a relacionar a forte defesa da neutralidade dentro das forças armadas argentinas como exemplo da influência nazifascista nelas. Na realidade, eles sobrestimam a extensão destes grupos, que eram absolutamente minoritários. Para a maioria dos militares, assim como entre amplos setores da sociedade civil argentina, a neutralidade no conflito era vista como idêntica à mesma postura adotada na Primeira Guerra Mundial: favorecia a prosperidade econômica do país e assegurava seu afastamento das hostilidades. Na prática, a neutralidade argentina era francamente favorável ao Reino Unido, que a apoiava: o comércio com a Alemanha e demais países do Eixo tornou-se insignificante com o bloqueio naval e qualquer medida que Buenos Aires tomasse contra Berlim ou Roma desencadearia reações duras contra o comércio argentino, o que fatalmente atingiria os interesses britânicos (ROUQUIÉ, 1981). Para uma breve discussão sobre a visão argentina da neutralidade e sua posição frente à guerra, ver Diéguez (1989), di Tella (1989) e Scheinin (2007).

²⁵Argentina (1941).

²⁶Considerando o momento em que houve a autorização do crédito para a renovação militar-naval, é provável que as negociações com os Estados Unidos também tenham influenciado o momento em que a legislação foi aprovada. Não encontramos a lista de armamentos desejados na documentação argentina, porém podemos presumir que as requisições navais da missão Lapez-Sueyro nos Estados Unidos compreendiam as aquisições estabelecidas pela recém-aprovada lei 12.690.

²⁷Neste primeiro momento, como lembram Escudé e Cisneros (2000), a missão argentina demonstrou quase que uma ingenuidade nas negociações nos Estados Unidos, chegando a requisitar 450 milhões de dólares em crédito (dos quais 250 milhões seriam destinados para a marinha) em fevereiro de 1942, um valor muito superior à quota estipulada pela lei do *lend-lease*, que previa apenas 66 milhões para a Argentina. Ainda de acordo com os autores, essa posição indica que as autoridades platinas tinham uma percepção que sobrestimava em muito a importância estratégica e política de seu país para os Estados Unidos. De acordo com Conn e Fairchild (2000), apesar de Washington dar uma menor prioridade ao envio de auxílio militar para a Argentina do que em áreas consideradas sensíveis para sua segurança continental (como o Brasil e México), havia uma previsão inicial de que Buenos Aires receberia um percentual significativo do *lend-lease* para a região, cerca de 1/6 do total disponível.

²⁸Cabe apontar, contudo, que estes anúncios eram muito mais retóricos do que práticos nesse momento. Como lembra Alves (2002), o Brasil acabou se alinhando com os Estados Unidos naquele momento sem que o país tivesse recebido os armamentos prometidos.



O auxílio militar só foi fornecido nos meses seguintes, principalmente após a entrada formal do Rio de Janeiro na guerra em agosto. A partir de então, o Brasil recebeu 336 milhões de dólares em *lend-lease* até o fim do conflito, um volume que correspondeu a cerca de 70% do auxílio militar fornecido à América Latina (ALVES, 2002). Além disso, o Rio de Janeiro foi o único país na região a receber armamento pesado. O Chile, por outro lado, recebeu uma quantidade bem menor de auxílio. Apesar do anúncio no final de janeiro de 1942 de que o país receberia aviões e artilharia antiaérea, as primeiras transferências ocorreram apenas um ano mais tarde, quando Santiago finalmente rompeu relações com o Eixo. O único armamento pesado que o país obteve via *lend-lease* foram alguns canhões de 155mm para defesa costeira (CONN; FAIRCHILD, 2000).

²⁹No que concerne à *Armada*, as negociações ocorreram pouco após a entrada do Brasil na guerra, em agosto, quando o adido naval alemão foi convidado para ir ao ministério da marinha sobre a possibilidade do fornecimento de munições, armas antiaéreas, aviões e submarinos. O oficial nazista tomou notas e repassou o pedido ao comando da *Kriegsmarine*, que no mês seguinte respondeu que não poderia transferir esse material (POTASH, 1981).

³⁰O *Rivadavia*, por exemplo, navegou 8.419 milhas durante 1940 e apenas 3.637 milhas em 1942 (ARGUINDEGUY; RODRÍGUEZ, 1995).

³¹A ampliação dos orçamentos prosseguiu até o final da guerra. No caso específico da marinha, o valor anual autorizado chegou a 150,8 milhões de pesos para 1945 (MEMORIA..., 1946), pouco mais que o dobro do orçamento disponível para 1939.

³²Argentina (1943).

³³Argentina (1940). Cabe mencionar também que ainda durante a década de 1930 alguns oficiais da marinha argentina já propunham a aquisição de porta-aviões, pensando inclusive no emprego da aviação embarcada como elemento fundamental no ataque contra forças de superfície inimigas, porém sua posição era absolutamente minoritária e marginal dentro da corporação. Ver Delamer *et al.* (2011).

³⁴Argentina (1943).

³⁵No final de 1943 a cúpula do regime argentino decidiu enviar um oficial de marinha, Osmar Helmuth, para negociar secretamente a aquisição de armamentos com os alemães. Durante a viagem até a Europa, Helmuth, que também era um agente nazista, acabou preso pelos britânicos em Trinidad, confessando a real intenção de sua viagem (POTASH, 1981).

³⁶As forças armadas norte-americanas, por exemplo, eram favoráveis a oferecer auxílio militar para Buenos Aires como forma de conquistar espaço e influência junto aos seus colegas argentinos pensando no contexto do pós-guerra. Da mesma maneira, o governo britânico avaliava que a atitude de Hull era contraproducente (ESCUDE; CISNEROS, 2000).

³⁷Cabe observar que o Brasil não era um ator passivo nesta história. Como ressalta Oliveira (2015), algumas lideranças militares brasileiras utilizaram as preocupações norte-americanas com a Argentina, exagerando as capacidades militares de Buenos Aires, para tentar ampliar as transferências de *lend-lease* ao país.

³⁸Argentina (1944).



³⁹Em particular, cabe mencionar as mudanças nas lideranças do departamento do Estado, com a saída de figuras ligadas à uma linha mais dura em relação com a Argentina, como Cordell Hull, por diplomatas mais moderados como Edward Stettinius Jr (que substituiu Hull como secretário) e Nelson Rockefeller para o cargo de secretário assistente em Assuntos Latino-Americanos. No caso argentino, o fator essencial foi ascensão política de Perón e seus aliados mais próximos que, adotando uma linha mais pragmática, se afastaram dos setores nacionalistas autoritários e defendiam uma aproximação com os Estados Unidos (ESCUDE; CISNEROS, 2000).

⁴⁰Apesar do acesso ao *lend-lease* neste momento, Conn e Fairchild (2000) observam, com base em documentação norte-americana, que a Argentina foi o único país da América Latina que não recebeu armas dos Estados Unidos durante a guerra. Nesse caso, podemos supor que o auxílio se resumiu a munições e sobressalentes.

⁴¹É interessante destacar que a partir desse momento a marinha se converte num centro de oposição ao governo Farrell, aglutinada sob a liderança do almirante Héctor Vernengo Lima e adotando um rígido antiperonismo que em muitos aspectos prenunciava o comportamento político da corporação nas décadas seguintes (POTASH, 1981; ROUQUIÉ, 1982).